

Agricultura familiar e ruralidade: Sustentável?**Family agriculture and rurality: Sustainable?**

DOI:10.34117/bjdv6n6-477

Recebimento dos originais: 20/05/2020

Aceitação para publicação: 20/06/2020

Márcia Hanzen

Mestranda em Desenvolvimento Rural Sustentável

Instituição: PPGDRS - UNIOESTE

Endereço: Av. Brasília, 2761 - Medianeira/PR

E-mail: marciahanzen@hotmail.com

Clério Plein

Doutor em Desenvolvimento Rural

Instituição: Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE

Endereço: Rua Pernambuco, 1861. Bairro Industrial. CEP. 85.601-300. Francisco Beltrão,
PR

E-mail: clerioplein@gmail.com

Sandra Maria Coltre

Doutora em Engenharia de Produção

Instituição: UFSC

Endereço: Rua São Paulo 500 centro, Cascavel PR

E-mail: Sandracutu1@gmail.com

RESUMO

O estudo, de cunho bibliográfico, se propõe a fazer uma reflexão sobre o desenvolvimento e a sustentabilidade na contemporaneidade, traçando um paralelo destes conceitos com o desenvolvimento rural e a agricultura familiar. O texto procura trazer de forma dialética, a opinião de autores significativos para a formação do conceito de espaço rural e de ruralidade, colocando a emergência do desafio intelectual da renovação do pensamento sobre desenvolvimento, como a angústia da sociedade contemporânea. Seria um pensamento renovador a criação de uma sociedade sustentável? Ou apenas mais uma utopia? Finalmente, apresenta a ruralidade como fator de desenvolvimento da agricultura familiar.

Palavras-chave: Ambiente rural, Desenvolvimento, Sustentabilidade, Agricultura familiar, Ruralidade.

ABSTRACT

The bibliographic study aims to reflect on contemporary development and sustainability, drawing a parallel of these concepts with rural development and family farming. The text seeks to bring dialectically, the opinion of significant authors for the formation of the concept of rural space and rurality, placing the emergence of the intellectual challenge of the renewal of thinking about development, as the anguish of contemporary society. Would it be a renewing

thought to create a sustainable society? Or just another utopian idea? Finally, it presents rurality as a factor in the development of family farming.

Key words: Rural environment, Development. Sustainability, Family farming. Rurality.

1 INTRODUÇÃO

O dicionário traz como sinônimos de desenvolvimento as palavras crescimento, progresso e adiantamento. Sustentabilidade, por sua vez, diz que é tudo o que pode ser sustentado ou passível de sustentação. Palavras que alimentam discursos vazios, que não raro carecem de base teórica que os sustente, ou que levam em consideração apenas algumas das dimensões preconizadas por Sachs.

1.1 MAS O QUE REALMENTE SIGNIFICA DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE?

“Há poucas palavras mais usadas hoje do que o substantivo sustentabilidade e o adjetivo sustentável [...]. É uma etiqueta que se procura colar nos produtos e nos processos de sua confecção para agregar-lhe valor” (BOFF, 2015, p. 9). Esta constatação de Boff, utilizando-se de palavras tipicamente mercadológicas, como “etiqueta” e “agregação de valor”, nos levam a um questionamento do que na contemporaneidade quer significar “sustentável” e “sustentabilidade”. À luz de alguns autores que ora se aproximam e ora se distanciam em suas opiniões acerca do tema, o certo é que cabe reflexão e colaboração para que se possa compreender o que realmente constitui o desenvolvimento e a sustentabilidade em nossa sociedade contemporânea.

Para tanto, este estudo se propõe a olhar um pouco para trás, em busca de traçar um caminho nada unânime, nada pacífico, nem tampouco claro, mas de reflexão sobre o futuro que almejamos e o futuro que realmente estamos construindo enquanto sociedade contemporânea. Ao mesmo tempo, procura estabelecer um elo entre esta temática, a agricultura familiar e a ruralidade no Brasil contemporâneo de grandes mudanças sociais, políticas, econômicas e naturais em todo o nosso planeta.

Neste contexto, ainda podemos falar de desenvolvimento? E se sim, ele é sustentável? De que tipo de sustentabilidade estamos falando? Ela, a sustentabilidade, nos cabe? *Pero que sí, pero que no*¹, que estas páginas ajudem a elucidar algumas dúvidas.

¹ Tradução da autora: Pelo que sim, pelo que não.

2 PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS DE DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE

Para tudo o que se deseja dar ares de modernidade e politicamente correto, as palavras desenvolvimento e sustentabilidade aparecem como um conceito de intenções nobres, mas ao mesmo tempo superficiais, não se aprofundando o bastante no tema para obter credibilidade. Via de regra, as análises não consideram que sustentabilidade e desenvolvimento estão para um contexto de análise como um processo sistêmico e interdependente, não podendo ser analisado de forma unilateral.

Veiga (2004) usa uma metáfora de uma professora da Universidade de Cambridge, Joan Robinson, que costumava comparar o desenvolvimento ao elefante: difícil de definir, mas muito fácil de reconhecer.

A definição de desenvolvimento de Veiga (1998, p. 11), caracterizava-o como “um processo sistêmico mediante o qual uma economia consegue simultaneamente crescer, reduzir desigualdades sociais e preservar o meio ambiente (acrescentando: fácil de falar, difícil de conseguir)”.

Da mesma forma a sustentabilidade se constitui de forma sistêmica. Observa-se que

"nas últimas décadas, o conceito de sustentabilidade, passou a ser empregado com frequência e assumiu dimensões econômicas e socioambientais, buscando embasar uma nova forma de desenvolvimento. Os trabalhos, pesquisas, estudos na área começam então a discutir como mensurar práticas de desenvolvimento que considerem aspectos ambientais, econômicos, sociais, éticos e culturais" (HENNERICH et al, 2018, p.04).

A Tabela 1 registra as oito dimensões sobre sustentabilidade, apresentadas por Sachs.

Tabela 1 – Oito dimensões para a sustentabilidade.

Dimensão	Descrição
Social	Alcance de um patamar razoável de homogeneidade social; distribuição de renda justa; emprego pleno e/ou autônomo com qualidade de vida decente; igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais
Cultural	Mudanças no interior da continuidade (equilíbrio entre respeito à tradição e inovação); capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno (em oposição às cópias servis dos modelos alienígenas); autoconfiança combinada com abertura para o mundo.
Ecológica	Preservação do potencial do capital natureza na sua produção de recursos renováveis; limitar o uso dos recursos não renováveis.
Ambiental	Respeitar e realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais.
Territorial	Configurações urbanas e rurais balanceadas (eliminação das inclinações urbanas nas alocações do investimento público); melhoria do ambiente urbano; superação

	das disparidades inter-regionais; estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis (conservação da biodiversidade pelo ecodesenvolvimento).
Econômica	desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado; segurança alimentar; capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção; razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica; inserção soberana na economia internacional.
Política	(Nacional): democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos; desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto nacional, em parceria com todos os empreendedores; um nível razoável de coesão social.
Política	(Internacional): eficácia do sistema de prevenção de guerras da ONU, na garantia da paz e na promoção da cooperação internacional; um pacote Norte-Sul de co-desenvolvimento, baseado no princípio da igualdade (regras do jogo e compartilhamento da responsabilidade de favorecimento do parceiro mais fraco); controle institucional efetivo do sistema internacional financeiro e de negócios; controle institucional efetivo da aplicação do Princípio da Precaução na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais; prevenção das mudanças globais negativas; proteção da diversidade biológica (e cultural); gestão do patrimônio global, como herança comum da humanidade; sistema efetivo de cooperação científica e tecnológica internacional e eliminação parcial do caráter commodity da ciência e tecnologia, também como propriedade da herança comum da humanidade.

Fonte: Sachs (2002, p. 85-88)

A compreensão sistêmica de desenvolvimento deve atrelar estas dimensões em qualquer análise, considerando que são partes indissociáveis do contexto. Ao apontar estas oito (08) dimensões, Sachs (2002) abre um caminho para compreender que cada ação em determinada dimensão, invade as outras dimensões, em maior ou menor proporção, mas nunca sem provocar mudanças, ainda que imperceptíveis a curto prazo.

E Sachs vai mais longe, quando soma às oito (08) dimensões a delicadeza de um elemento fundamental, muito peculiar ao ser humano, a solidariedade:

O desenvolvimento sustentável obedece ao duplo imperativo ético da solidariedade com gerações presentes e futuras, e exige a explicitação de critérios de sustentabilidade social e ambiental e de viabilidade econômica. Estritamente falando, apenas as soluções que considerem esses três elementos, isto é que promovam o crescimento econômico com impactos positivos em termos sociais e ambientais, merecem a denominação de desenvolvimento. (SACHS, 2004, p.36)

Em termos de sustentabilidade, não apenas o que define o desenvolvimento é relevante, como também algumas características das sociedades devem ser levadas em consideração, “Uma sociedade só pode ser considerada sustentável se ela mesma, por seu trabalho e

produção, tornar-se mais e mais autônoma. Se tiver superado níveis agudos de pobreza ou tiver condições de crescentemente diminuí-la”. (BOFF, 2015, p.128).

Autonomia, liberdade e erradicação da pobreza surgem como elementos incontestáveis da análise do desenvolvimento para que siga a trilha da sustentabilidade.

Sustentável é a sociedade ou o planeta que produz o suficiente para si e para os seres dos ecossistemas onde se situa; que toma da natureza somente o que ela pode repor; que mostra um sentido de solidariedade generacional ao preservar para as sociedades futuras os recursos naturais de que elas precisarão (BOFF, 1999, p.137).

Outro elemento surge neste contexto do sustentável, que corrobora com Boff e a autonomia das sociedades. Sen (2017) traz à discussão a questão das liberdades de escolha.

Sen (2017, p. 29), considera “que desenvolvimento tem de estar relacionado sobretudo com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos. Expandir as liberdades que temos razão para valorizar, não só torna nossa vida mais rica e mais desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais mais completos [...]”.

Esta conceituação de Sen (2017) evidencia o quanto o autor considera a liberdade como elemento essencial para o desenvolvimento de forma sistêmica, pois leva o indivíduo como ser social a fazer suas próprias escolhas e influenciar nas escolhas de seu círculo.

Ter mais liberdade melhora o potencial das pessoas para cuidar de si mesmas e para influenciar o mundo, questões centrais para o processo de desenvolvimento. A preocupação aqui relaciona-se ao que podemos chamar o “aspecto da condição de agente” do indivíduo Sen (2017, p. 33).

Veiga (2001) analisa o desenvolvimento sob a mesma ótica da liberdade, considerando as escolhas muito além do consumo e dando ênfase às potencialidades humanas e os fatores sócio-culturais.

Então, desenvolvimento só poderia corresponder à ampliação das possibilidades de escolha: não apenas de modelos de automóvel ou canais de televisão, mas sobretudo das oportunidades de expansão das potencialidades humanas que dependem de fatores sócio-culturais, como saúde, educação, comunicação, direitos e – *last but not least*² – liberdade (VEIGA, 2001, p.104).

Em contraponto, para Veiga (2001, p. 105), “entre os fatores que mais ajudam o crescimento a reduzir a pobreza destaca-se o grau de desigualdade. Quanto menos desigual for

² Tradução da autora: “[...] - por último, mas não menos importante - [...]”

uma sociedade, maior será a redução da pobreza engendrada pelo crescimento econômico”. Quando a desigualdade for muito grande, o impacto do desenvolvimento é inversamente proporcional, crescem as questões raciais, a dificuldade ao acesso à educação, as diferenças sociais, e aumenta a disparidade no acesso à propriedade da terra que vai se acumulando nas mãos dos mais abastados.

Dito em termos mais convencionais, o desenvolvimento social visa melhorar a qualidade da vida enquanto humana. Isso implica em valores universais como vida saudável e longa, educação, participação política, democracia social e participativa e não apenas representativa, garantia de respeito aos direitos humanos e de proteção contra a violência, condições para uma adequada expressão simbólica e espiritual.

Na prática a sociedade deve mostrar-se capaz de assumir novos hábitos e de projetar tipo de desenvolvimento que cultive o cuidado com os equilíbrios ecológicos e funcione dentro dos limites impostos pela natureza. Não significa voltar ao passado, mas oferecer um novo enfoque para o futuro comum. Não se trata simplesmente de não consumir, mas de consumir responsabilmente (BOFF, 1999, p.4).

Sachs (2008, p. 25) ressalta que “o desenvolvimento não se presta a ser encapsulado em fórmulas simples”. A evolução da ideia de desenvolvimento, no último meio século, apontando para a sua complexificação, representada pela adição de sucessivos adjetivos, econômico, social, político, cultural, sustentável – e, o que é mais importante, pelas novas problemáticas (SACHS 2008).

O Relatório Brundtlan da CMMAD (1988) define Desenvolvimento Sustentável como “[...] aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades”. “O desenvolvimento supõe uma transformação progressiva da economia e da sociedade [...]” Satisfazer as necessidades e as aspirações humanas é o principal objetivo do desenvolvimento” (1991, p.46). E acrescenta que para haver um desenvolvimento sustentável é necessário que todos tenham suas necessidades básicas atendidas e lhes sejam proporcionadas oportunidades de concretizar suas aspirações a uma vida melhor.

Na análise de Boff (1999), seria necessário debater sobre sociedade sustentável, considerando o tipo de desenvolvimento que se deve promover, muito mais do que simplesmente impor limites ao crescimento.

Desta forma, promover um crescimento, ainda que equitativo e sistêmico para algumas sociedades, mas não todas, e principalmente em velocidades diferentes, coloca em xeque o desenvolvimento que a sociedade contemporânea chama de sustentável.

O período que acabamos de viver testemunhou um desenvolvimento sem precedente do poder tecnológico, do volume dos bens, dos serviços produzidos e das trocas comerciais. O estilo de consumo e o modo de viver transformaram-se profundamente para uma maioria de habitantes dos países industrializados e uma minoria dos países do Terceiro Mundo, sem que os progressos materiais indicados pela progressão das médias tivessem se generalizado (SACHS, 1995, p.30).

Não se quer, no entanto, condenar o crescimento como elemento constituído do desenvolvimento, mas chamar a atenção para os custos de crescimento de determinadas sociedades. Custos estes que podem ser altos demais para se atingir o desenvolvimento, e de certa forma fatais para as gerações futuras.

Enquanto persistirem enormes disparidades sociais, o crescimento permanecerá, com certeza, uma condição necessária, embora de modo algum suficiente, do desenvolvimento, cujos aspectos distributivos e qualitativos não podem ser negligenciados. É um erro dizer que os exorbitantes custos sociais e ecológicos de certas formas de crescimento econômico constituem os danos inelutáveis do progresso (SACHS, 1995, p.32).

Para Sachs (1995), as escolhas feitas pela sociedade não precisam ser fatais e irreversíveis, e devem sim ser colocadas na balança, de forma a deixar claro as consequências dessas escolhas. E o autor vai além, sendo pessimista e mostrando preocupação quanto ao cenário que se coloca a médio e longo prazo.

“Tudo ocorre, portanto, ao oposto do que as teorias otimistas do desenvolvimento deixavam prever.” “[...] a renovação do pensamento sobre desenvolvimento é o mais importante desafio intelectual dos anos vindouros” (SACHS, 1995, p.34-39).

Este “desafio intelectual da renovação do pensamento sobre desenvolvimento” de que fala Sachs (1995), se torna cada vez mais premente. É a angústia da sociedade contemporânea, e será a tragédia das gerações futuras se não for repensada. Seria um pensamento renovador a criação de uma sociedade sustentável? Ou apenas mais uma utopia?

3 DESENVOLVIMENTO RURAL, SUSTENTÁVEL?

O mundo rural é composto por diferentes realidades que influenciam e são influenciadas por todas as oito (08) dimensões de Sachs (2002), em maior e menor grau, e que encontram soluções que extrapolam o ambiente rural.

Em suas análises, Schneider (2004), comparou os trabalhos de vários autores e percebeu que em comum todos apresentam quatro elementos-chave que estão nos debates sobre o desenvolvimento rural: a erradicação da pobreza rural, o protagonismo dos atores sociais e sua participação política, o território como unidade de referência e a preocupação central com a sustentabilidade ambiental.

Para Ploeg *et al* (2000, p. 391) a noção de desenvolvimento rural emerge dos debates e disputas sociais e políticas, cuja definição do próprio desenvolvimento rural a partir das práticas e ações empíricas, indicam a necessidade de reconhecê-lo como um processo de múltiplos níveis assentado na tradição histórica.

Ainda segundo Ploeg *et al* (2000, p. 395), o desenvolvimento rural seria uma tentativa de reconstrução das bases econômicas, sociais e ambientais, e das próprias unidades familiares, em face das limitações e lacunas intrínsecas do paradigma produtivista.

Navarro (2001, p.3) entra nesta questão dando ênfase ao que ele chama de ambiente social. “Desenvolvimento Rural é entendido como uma ação previamente articulada que induz (ou pretende induzir) mudanças em um determinado ambiente social”.

Nesta nova abordagem do desenvolvimento rural ganha especial relevo o papel dos agricultores, que passam a orientar suas práticas produtivas não mais segundo o padrão agricultor-empresário profissional mas, crescentemente, para o modelo de um agricultor-camponês, que é autônomo, domina tecnologias, toma decisões, controla e gestiona processos, enfim, decide sobre seu modo de viver e trabalhar nos marcos de uma sociedade capitalista (SCHNEIDER, 2004, p.96).

Schneider (2004, p. 96), cita que Ploeg *et al* (2000) avalia esta nova abordagem do desenvolvimento rural em 06 (seis) mudanças gerais, pautadas nesta fase de transição e superação de alguns paradigmas:

[...] o crescente inter-relacionamento positivo da agricultura com a sociedade; uma necessidade urgente em definir um novo modelo agrícola que seja capaz de valorizar as sinergias e a coesão no meio rural e ecossistemas locais e regionais; um desenvolvimento rural capaz de redefinir as relações entre indivíduos, famílias e suas identidades, combinando de atividades multiocupacionais, com claro estímulo à pluriatividade; um modelo que redefina o sentido da comunidade rural e as relações entre os atores locais, sejam eles os agricultores ou proprietários de sítios de lazer, moradias secundárias ou outros; um desenvolvimento rural que leve em conta a necessidade de novas ações de políticas públicas e o papel das instituições, que não

podem ser mais exclusivamente direcionados à agricultura; e levar em consideração as múltiplas facetas ambientais, buscando garantir o uso sustentável e o manejo adequado dos recursos (SCHNEIDER, 2004, p. 96).

Em relação ao crescente inter-relacionamento positivo da agricultura com a sociedade, há hoje um olhar sobre o rural como uma referência a uma vida mais saudável, reconhecendo o poder econômico do setor.

Este novo modelo agrícola citado por Schneider (2004) e Ploeg (2000), mais preocupado com a sustentabilidade e o equilíbrio do meio rural com os ecossistemas locais e regionais, está entre os grandes desafios da contemporaneidade. Fatores econômicos e mercados ainda são o que define os modelos tradicionais de agricultura. O caminho que se desenha é o de atividades multiocupacionais e a pluriatividade nas propriedades rurais.

Em termos gerais a resposta ao questionamento que se faz sobre a sustentabilidade desta nova ruralidade que se apresenta, multi e pluri, parece nos dar um alento não apenas ao continuar da agricultura familiar, mas ao equilíbrio entre as forças da natureza e a intervenção humana na vida rural.

4 AGRICULTURA FAMILIAR E RURALIDADE

Antes mesmo do termo “agricultura familiar” se popularizar, outros autores traziam a discussão para definir o caráter familiar do campesinato. Chayanov (1974, p. 47), define que “[...] *el carácter de la familia es uno de los factores principales en la organización de la unidad económica campesina*”. “*La fuerza de trabajo de la unidad de explotación doméstica está totalmente determinada por la disponibilidad de miembros em la familia*”³.

Quando os camponeses foram, pela primeira vez nominados como agricultores familiares no Brasil, tratava-se de uma categorização pautada em algumas variáveis que respondiam a necessidades de sobrevivência destas famílias rurais, e que viriam a criar novas oportunidades de sobrevivência para elas.

[...] a expressão “agricultura familiar” emergiu no contexto brasileiro a partir de meados da década de 1990. Neste período ocorreram a dois eventos que tiveram um impacto social e político muito significativo no meio rural, especialmente na região Centro-Sul (SCHNEIDER, 2003, p.99).

³ Tradução da autora: “[...] o caráter de família é um dos principais fatores na organização da unidade econômica camponesa”. “A força de trabalho da unidade de exploração doméstica é totalmente determinada pela disponibilidade de membros da família”.

Isso se deu por duas razões que foram acontecendo na década de 1990, a primeira foram os movimentos liderados pelo sindicalismo rural ligado à Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura). Nessa luta dos sindicatos rurais surgiu um espaço para outras categorias sociais, como assentados, arrendatários, parceiros, integrados a agroindústrias, entre outros, que tiveram na nova contextualização do termo agricultor familiar um porto seguro.

O uso do termo está alicerçado em duas razões principais, que se concretizam historicamente na década de 1990. A primeira delas está associada aos movimentos liderados pelo sindicalismo rural, principalmente ligados a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura). Os sindicatos rurais abriram espaço para a organização de outras categorias sociais, como assentados, arrendatários, parceiros, integrados a agroindústrias, entre outros, que encontraram na nova contextualização do termo agricultor familiar um porto seguro.

A segunda razão foi a criação do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), em 1996, que surgiu justamente como uma resposta aos anseios e lutas dos sindicatos rurais. Para Schneider (2003, p.100), o PRONAF “nasceu com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional às categorias de pequenos produtores rurais que vinham sendo alijados das políticas públicas ao longo da década de 1980 e encontravam sérias dificuldades de se manter na atividade “.

Para Schneider (2010, p.3), o crescimento da agricultura familiar como categoria política está fortemente ligada à recomposição do movimento sindical dos trabalhadores rurais, “sendo em seguida assimilada por estudiosos e por formuladores de políticas, o que lhe confere atualmente uma extraordinária legitimidade [...]”.

Garcia Jr (1989), descreve a evolução da agricultura familiar pautada na criação, nos negócios e na produção. O autor faz uma análise do uso da terra conforme as funções de criação ou produção, descreve o papel da mulher na propriedade e dá ênfase às questões relacionadas ao uso da força de trabalho dos filhos na propriedade.

O tripé família-produção-trabalho é definido por Wanderley (1996) como sendo a característica principal da agricultura familiar.

O ponto de partida é o conceito de agricultura familiar, entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. É importante insistir que este caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo: o fato de uma estrutura

produtiva associar família-produção-trabalho tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente (WANDERLEY, 1996, p.2).

Abramovay (2000), caracteriza a agricultura familiar como aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento.

Muitos autores adotam linhas de pensamento diferentes, mas estes três atributos básicos - gestão, propriedade e trabalho familiares - estão presentes na maioria delas.

Em termos do que caracteriza o agricultor familiar, foi definida pela Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, cuja redação atual considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; § 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais. II - Utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Inciso com redação dada pela Lei nº 12.512, 2011); IV - Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006, p.1).

Navarro (2013, p.5), define que “concretamente, se aceita a observação de ser “familiar” um termo que apenas identifica a forma de gestão das propriedades, então é possível concluir que a vasta maioria dos estabelecimentos rurais do país é, estritamente falando, “familiar” - inclusive aquelas propriedades de grande tamanho”.

O primeiro exige a “administração da família” e o segundo diz respeito ao tamanho do estabelecimento, estipulado em até quatro módulos rurais. Embora este segundo indicador possa ser passível de algum questionamento crítico, ambos são razoáveis e consistentes para definir as fronteiras empíricas de um conjunto de famílias rurais e seus estabelecimentos agrícolas, o qual passaria assim a ser o objeto principal de uma política pública (NAVARRO, 2013, p.6).

Navarro (2013) chama de “equivoco” e de “absurdos” os critérios estipulados pela lei de 2006, pois inviabiliza a ocorrência da pluriatividade, que é a múltipla inserção dos membros da família em outras ocupações que não sejam de natureza agrícola, ainda que possam ser rurais, condenam à pobreza as famílias rurais que formam o público alvo principal de uma política governamental destinada, exatamente, a diminuir os níveis de pobreza rural.

São esses os ingredientes principais da confusão que atualmente cerca a expressão “agricultura familiar” no Brasil e contribuem para ampliar a ineficácia da ação governamental, em seus esforços para criar caminhos de maior prosperidade para as famílias rurais mais pobres (NAVARRO, 2013, p.7).

Independente da discussão sobre o que define o agricultor familiar, outra concepção passa a ter grande importância para se defini-lo no espaço rural, que é o que muitos autores chamam de ruralidade.

Segundo Abramovay (2000, p. 6), “a literatura internacional atual converge no sentido de definir o significado da ruralidade nas sociedades contemporâneas a partir de três aspectos básicos: a importância das áreas não densamente povoadas, a relação com a natureza e a dependência do sistema urbano”.

Wanderley (2001, p.32) em seu trabalho sobre “A ruralidade no Brasil moderno” traz para esta discussão a visão de que o rural não é um espaço isolado, com normas e lógicas de funcionamento exclusivas, mas “este mundo rural mantém particularidades históricas, sociais, culturais e ecológicas, que o recortam como uma realidade própria, da qual fazem parte, inclusive, as próprias formas de inserção na sociedade que o engloba”.

Enquanto um espaço físico diferenciado, Wanderley (2001, p.32) referencia “a construção social do espaço rural, resultante especialmente da ocupação do território, das formas de dominação social que tem como base material a estrutura de posse e uso da terra e outros recursos naturais, como a água, da conservação e uso social das paisagens naturais e construídas e das relações campo-cidade.”

Wanderley (2001, p.32) defende que “o mundo rural se move em um espaço específico, o espaço rural, entendido em sua dupla face”. Primeiro enquanto um espaço físico diferenciado, como construção social do espaço rural, das formas de dominação social, estrutura de posse e uso da terra e outros recursos naturais. A permanência do rural, enquanto espaço integrado, porém específico e diferenciado, é reforçada quando se leva em conta as representações sociais a respeito do meio rural.

Em segundo lugar, enquanto um lugar de vida, isto é, lugar onde se vive (particularidades do modo de vida e referência “identitária”) e lugar de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção na sociedade nacional) (WANDERLEY, 2001, p.32).

Esse é “novo rural brasileiro”, que segundo Maria José Carneiro (2004), “se caracterizaria pela diminuição do peso da agricultura na manutenção das famílias o que é entendido como evidência da falência de certas formas de agricultura familiar”.

A ruralidade, conforme Abramovay (2000, p. 26- 27) não se caracteriza por ser “[...] uma etapa do desenvolvimento social a ser superada com o avanço do progresso e da urbanização. Ela é e será cada vez mais um valor para as sociedades contemporâneas”.

A ruralidade sugere uma gama considerável de imagens quando é pensada, quando é discutida. Ruralidade é uma construção social contextualizada, com uma natureza reflexiva, ou seja, ela é o resultado de ações dos sujeitos que internalizam e externalizam através dessas ações a sua condição sociocultural presente que é reflexo da condição herdada de seus antepassados. Nesta ruralidade está expressa a capacidade destes sujeitos de se adaptarem às novas condições resultantes das influências externas (MEDEIROS, 2017, p.182).

Medeiros (2017, p.182) mostra que “ruralidade pode ser entendida como um modo de vida, como uma sociabilidade que é pertinente ao mundo rural, com relações internas específicas e diversas do modo de viver urbano”.

Esta mescla de sensações que os conceitos de Medeiros e Wanderley trazem à discussão levam a um sentimento de pertencimento da terra, tendo o agricultor familiar como parte da própria preservação do meio ambiente e deste espaço de vida. Abramovay, por sua vez, dá a este mesmo espaço de vida uma outra noção de valor, mais contemporânea, muito além dos conceitos tradicionais de progresso e urbanização.

5 A RURALIDADE COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

O valor que a ruralidade vem adquirindo, define para os agricultores quase que um estilo de vida, nascido das raízes culturais dos antepassados, e sendo considerado um patrimônio da agricultura familiar.

Schneider (2001, p.9) afirma que “a tomada de decisões e as opções, sejam quais forem, de indivíduos e famílias, possuem um referencial que na prática se materializa através das relações sociais, econômicas e culturais em que vivem”.

O espaço rural ampliou seu universo de possibilidades de exploração, não podendo mais ser associado apenas à produção agrícola e ao uso da terra para cultivo.

Graziano da Silva (1999, p.169), salienta que “[...] demandas geradas pelos setores urbanos e independentes das atividades agrícolas locais podem vir a ter importância decisiva para o desenvolvimento rural de uma dada região”.

[...] outra dinâmica mais recente na economia brasileira: as novas atividades agrícolas que resultam em grande parte da busca do rural como áreas de lazer e preservação ambiental pela população dos grandes centros urbanos, como é o caso exemplar dos pesque-pague, das fazendas de caça, da criação de animais para fins ornamentais, produção de mudas ornamentais, etc (GRAZIANO DA SILVA, 1999, p.169).

Schneider (2001) também coloca em pauta a discussão da mudança de visão do urbano em relação ao rural, vendo esse espaço como uma oportunidade de ter uma experiência diferente do seu cotidiano de stress e agitação dos grandes centros.

[...] esse processo conduzirá à revalorização do espaço rural, especialmente em razão do rápido crescimento do movimento ambientalista e dos processos de descentralização industrial, que tendem a ampliar o mercado de trabalho e, conseqüentemente, o exercício da pluriatividade pelas famílias rurais. (SCHNEIDER, 2001, p.9).

Este universo de pluriatividades na agricultura familiar é chamado por Graziano da Silva de Novo Rural.

Este "Novo Rural" como bem o temos denominado, pode ser também resumido em três grandes grupos de atividades: a) uma agropecuária moderna, baseada em *commodities* e intimamente ligada às agroindústrias; b) um conjunto de atividades não-agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços; c) um conjunto de "novas" atividades agropecuárias, localizadas em nichos especiais de mercados (GRAZIANO DA SILVA, p. 170, 1999).

Na visão de Wanderley (p.36, 2001) “um meio rural dinâmico supõe a existência de uma população que faça dele um lugar de vida e de trabalho e não apenas um campo de investimento ou uma reserva de valor”. Esta classificação do espaço rural “enquanto um lugar de vida”, é o que caracteriza o conceito de ruralidade na concepção da autora.

Considerar o espaço rural como o lugar da sustentabilidade de Sachs (2008) ou como um ambiente de cuidados de Boff (1999), ou de sócio da natureza de Lutzenberger (2012), como um valor para as sociedades contemporâneas de Abramovay (2000) ou ainda de economia solidária de Singer (2013) é corroborar com Wanderley (2001). Essencialmente se percebe que esses autores tratam do espaço rural como um ambiente precioso, que se não for cuidado, é passível de desaparecer definitivamente

6 CONCLUSÃO

Olhar para traz é uma das boas maneiras de vislumbrar o que vem pela frente, ou pelo menos de tentar compreender como chegamos até aqui.

Desenvolvimento é um caminho possível para a sociedade, mas ao mesmo tempo exige que as dimensões da sustentabilidade sejam realmente trabalhadas de forma sistêmica.

O desafio intelectual da renovação do pensamento sobre desenvolvimento é urgente e reflete a angústia da sociedade contemporânea. Mas ao mesmo tempo estamos longe de um consenso sobre o que realmente levará a sociedade a um desenvolvimento sustentável, apesar de termos feito um caminho considerável neste sentido.

O pensamento renovador de uma sociedade sustentável é o elefante de Joan Robison: o reconhecemos, o imaginamos, mas não o descrevemos com os detalhes que lhes são peculiares, falta sempre várias dimensões.

A agricultura familiar está mais próxima do conceito de desenvolvimento rural ao trabalhar o espaço rural como um local de vida. Não é apenas um espaço produtivo, mas um lugar de ancestralidades, de afetos, de ruralidade.

A ruralidade é fator de desenvolvimento da agricultura familiar, na medida em que o indivíduo concebe a terra muito mais que uma ferramenta produtiva. A terra é seu espaço de vida, onde ele quer permanecer, morar, produzir com sustentabilidade, e ser feliz.

Não se pode afirmar com certeza que as escolhas da contemporaneidade são as mais corretas, mas há uma nova percepção se formando, um novo respeito ao lugar de fala deste agricultor familiar, que busca um retorno dos filhos à casa e à propriedade. Há uma busca pelo viver melhor, pelo produzir com consciência e ao mesmo tempo com conhecimento, para obter mais resultados e aproveitar melhor os recursos, sem destruir.

Um pensamento que se coloca cheio de boas intenções, cercado de novas práticas, mas que só o tempo dirá se surtirá o resultado necessário para termos na agricultura familiar uma atividade realmente sustentável, em todas as suas dimensões.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural**. *Revista Economia Aplicada* – n° 2, vol. IV: 379-397, abril/junho 2000.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Do setor ao território: funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro: Texto para Discussão do IPEA n° 702, 2000.

ABRAMOVAY, Ricardo. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. Rio de Janeiro. IPEA. n. 702, 2000. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/> Acesso em: 23/jun/2019.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é e o que não é.** 4.ed. Petrópolis: Vozes, 2015.
BOFF, Leonardo. **Saber cuidar.** Petrópolis: Vozes, 1999.

CARNEIRO, Maria José. **Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica,** CPDA/UFRRJ, 2004.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina.** Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

GARCIA JR, Afrânio Raul. **O Sul: caminho do roçado.** Brasília: UNB, 1989.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O Novo Rural Brasileiro.** 2.ed. Campinas: IE/UNICAMP, 1999 .

HENNERICH, Juçara Elza et al. Uso de indicadores de sustentabilidade na produção de leite: uma experiência metodológica. **Brazilian Journal of Development.** 2018. Disponível em: <http://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/524/453>. Acesso em: 03 de junho de 2020.

LUTZENBERGER, José A. **Fim do futuro? Manifesto Ecológico Brasileiro..**3.ed. Campinas: Movimento, 1980.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Ruralidades: novos significados para o tradicional rural. Revista Dinâmicas do espaço agrário : velhos e novos territórios:** NEAG 10 anos. p. 179-189, 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/157495> Acessado em: 29 de julho de 2019.

NAVARRO, Zander. **Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro.** São Paulo. vol.15 no.43 Sept./Dec. 2001. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142001000300009> - ISSN 1806-9592

NAVARRO, Zander et al. **Pequena produção rural no Brasil. CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS, 2013.**

Nosso Futuro Comum. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

PLOEG J.D. Van Der et all. **Rural Development: from practices and policies towards theory. Sociologia Ruralis,** Netherlands, 40 (4): 391-407, 2000.

SACHS, Ignacy. **Em busca de novas estratégias de desenvolvimento.** Estudos Avançados (25), 1995.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável.** 4.ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento incluyente, sustentável e sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento incluyente, sustentável e sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil**. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, v. 16, p. 164-184, 2001.

SCHNEIDER, Sergio. **Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade**. RBCS - Revista Brasileira de Ciências Sociais - VOL. 18 N°. 51. 2003.

SCHNEIDER, Sérgio. **A Pluriatividade na Agricultura Familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, Sergio. **A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas**. Sociologias, Porto Alegre, ano 6, nº 11, p. 88-125, jan/jun 2004.

SCHNEIDER, Sergio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Rev. Econ. Polit. vol.30 no.3 São Paulo July/Sept. 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-31572010000300009>. Acesso em: 27 de julho de 2019.**

SEN, Amarthia. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo. Companhia das Letras, 2017.
SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

VEIGA, José Eli da. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Hucitec, 1991.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento rural: o Brasil precisa de um projeto**. Texto para CONTAG, 1998. 55 p.

VEIGA, José Eli da. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. ESTUDOS AVANÇADOS 15 (43), 2001.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. XX Encontro Anual da ANPOCS. GT 17. Processos Sociais Agrários. Caxambu, MG. Outubro 1996.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **A ruralidade no Brasil moderno. Por un pacto social pelo desenvolvimento rural**. Buenos Aires, Argentina. 2001. ISBN: 950-9231-58-4 Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf> Acessado em: 28 de julho de 2019.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. UFRGS Editora, 2009.